

# A VOZ DE MELGAÇO

Proprietários: A. LUÍS VAZ e JÚLIO H. VAZ

Director e Administrador: JÚLIO HILARIÃO VAZ

Subdirector: CARLOS NUNO VAZ

Redacção e Administração: Largo da Senhora - a - Branca, 105 - BRAGA

ANO XXIX - N.º 546 - Melgaço, 15 de Agosto de 1974

Tip. Augusto Costa & C.a, L.da - Telef. 22455 - Braga

## O homem bom...

Nos primeiros tempos da Monarquia Portuguesa só o clero e a nobreza é que eram ouvidos pelo Rei na governação do Reino. O povo não tinha audiência.

Ora em Fevereiro de 1254 a então vila de Leiria começou a ver entrar dentro dos seus muros os procuradores do povo. Iam realizar-se as Cortes de Leiria, e nelas tomava parte, pela primeira vez, o povo, através dos seus representantes.

O assunto dessa magna assembleia era o seguinte:

Discussão sobre o estado do reino e do que nele havia que corrigir e emendar. O representante do povo, que nessa altura se agrupava nos concelhos, era o *homem bom*.

Este homem bom, representante do povo, levava os apontamentos do que ouvira aos seus iguais no Concelho para dizer na Corte e para pedir ao Rei.

Estiveram em Leiria os representantes dos principais concelhos do reino.

\* \* \*

Durante bastantes anos, nos nossos dias, o povo não foi devidamente ouvido sobre os problemas que lhe diziam respeito. E bem o sabemos: até os representantes do Governo, que o não eram do povo, — os presidentes da Câmara — não ouviam o povo. Os factos verificados nesta nossa terra de Melgaço com o último Presidente da Câmara comprovam-no inteiramente.

Este jornal através dos seus colaboradores, de longe e de perto, é um processo condenatório da actividade do ex-Presidente, o qual ainda não foi chamado à responsabilidade como a lei em vigor o exigia.

Estamos em democracia, e, pelo que ouvimos e lemos, o povo é «quem tudo ordena».

Sendo assim, e devia sê-lo, o povo tem de se preparar para escolher o *homem bom* que o represente na Junta de Freguesia, na Câmara Municipal e no futuro Parlamento.

É necessário que se habitue a escolher e a falar.

Só o homem bom — sério, digno, respeitador, bem educado e competente — é que deve ser escolhido, e não o amigo pessoal ou o colega dos negócios.

Os sócios de catrapilas não devem escolher um deles para esses lugares. Nem os outros.

Não basta, porém, escolher.

É necessário informar a pessoa escolhida sobre as necessidades da freguesia, os verdadeiros interesses das pessoas, e os problemas da comunidade.

Escolher bem, conhecer os problemas, e advogá-los constantemente.

Temos de eliminar o espírito de vingança, temos de abafar a voz do ódio, temos de distinguir entre amizade e dignidade no servir, para escolhermos bem e ajudarmos a resolver com critério de Justiça.

Daqui a meses teremos eleições. Vamo-nos preparando desta maneira para elas. Deixemo-nos guiar pela nossa consciência, pelo respeito ao dever cívico, pelo sentido de patriotismo e pelo espírito de bem servir.

Escolhamos, sempre, o homem bom que nos não atraia nem atraia o seu dever para com a Pátria e para conosco.

Júlio Vaz

## Carta ao Director

Melgaço, 1 de Agosto de 1974

Ex.mo Snr.

Director de «A VOZ DE MELGAÇO»

Ex.mo Senhor:

Não contava, em boa verdade, ter de abusar da sua tão amável generosidade, pedindo-lhe abrigo nas páginas do jornal de sua ilustre e proficiente direcção para mais qualquer escrito meu.

Mas a contumácia do director do «NOTÍCIAS DE MELGAÇO», recusando-se, mesmo depois de *notificado judicialmente*, a publicar neste jornal os documentos, que lhe enviei com minha carta de 8 de Junho último, *integralmente*, obriga-me a mais uma vez rogar a hospitalidade do seu conceituado jornal para efectuar essa publicação.

Não como resposta ao que o Dr. Abel Vaz, tinha escrito, ou escreveu depois a meu respeito, porque desejo continuar a ignorar a existência, ou a pessoa dele, mas para elucidação dos cidadãos honestos, conscientes e educados, e que por me desconhecem, ou pouco me conhecerem, possam deduzir, erradamente, o que ele deverá ter querido que deduzissem.

Perdoe-me V. Ex.ª o que de abusivo encontre neste meu pedido, e antecipando o meu sincero agradecimento pela atenção que lhe dispensar, creia-me com o mais elevado apreço,

De V. Ex.ª

muito atentamente

António Durães

### DOCUMENTOS

«Melgaço, 8 de Junho de 1974

Ex.mo Snr. Director do «NOTÍCIAS DE MELGAÇO»:

O número de 25 de Maio findo, que só há poucos dias li, do quinzenário de sua direcção, publicou um artigo, certamente de sua autoria pois vem subscrito com as iniciais do seu nome «A. V.», intitulado «Reunião (anti) Democrática», em que me são feitas duas referências pessoais.

Uma, ao facto de eu ter sido presidente da Câmara Municipal de Benguela «em plena euforia e no período auge do fascismo salazarista», como V. Ex.a classifica o tempo em que servi esse cargo.

Outra à frase que destacou numa resposta-exposição minha, que em 15 de Novembro de 1973 dirigi à Presidência do Conselho exercida pelo Professor Doutor Marcelo Caetano.

«Não sei, nem me importa saber, o propósito ou intuito que V. Ex.a teve em fazer-me essas referências pessoais.

Mas importa-me, justa e legitimamente, que os leitores do seu jornal que as leiam, e mal me conheçam ou desconheçam, deduzam delas, e dos comentários com que V. Ex.a as adornou, que eu sou um «*trampolim*» político, um «*adesivo*» da última hora, que me intitulo agora democrático somente para obter as boas graças do actual Governo da Nação, na mira de não perder qualquer «*tacho*» que tenha obtido do anterior, isto é, que sou pessoa sem caracter nem honra, indigna de qualquer homem de bem lhe apertar a mão.

E isso importa-me, bem justa e legitimamente. E para que tal de mim se não possa deduzir e julgar, solicito de V. Ex.a a pu-

blicação no próximo número do seu jornal, desta carta e dos dois documentos que com ela envio.

Não julgo precisar de invocar a lei da imprensa, de cujo uso, aliás, não abduco, para V. Ex.a satisfazer esta solicitação, porque ainda creio que V. Ex.a, como jornalista e director do «NOTÍCIAS DE MELGAÇO» deverá elucidar os seus leitores da verdade dos factos e das conclusões que deles decorrem, e não induzi-los a juízos infundados e injustos, que resultem do que tenha escrito.

Não sei, também, se esta publicação no seu jornal excederá o espaço que a lei me concede para ela. Mas desde já me responsabilizo pelo pagamento integral e imediato do custo do espaço que a mais ocupar essa publicação.

Sem mais me cubrevo

António Durães

\* \* \*

Documentos enviados com esta carta:

«Excelentíssimo Senhor Governador Geral:

Quando o antecessor de V. Ex.a, Snr. Comandante Freitas Morna, me convidou para assumir a presidência da Câmara Municipal de Benguela, logo respondi ao Snr. Governador da Província, Capitão Castro e Silva, por cujo intermédio me fora feito o convite, que não me recusava a trabalhar em benefício da colectividade, com toda a dedicação, de que fôsse capaz.

Mas, como considerava o exercício daquele cargo como de mera «*administração*», não abdicava, para o exercício, das minhas convicções sobre o vali-

mento da Democracia, doutrina em que formara a minha educação mental e cultural, e de cujos erros ainda ninguém me convenceria.

E também logo lhe declarei que, não obstante, exerceria o referido cargo com absoluta lealdade e isenção política, jamais dele me servindo em benefício das doutrinas que professava, e que, de resto, bem acreditava que nem sequer teria ensejo de exteriorizar, dada a situação política da Nação, que não consentiria a sua exteriorização.

E tenho a consciência de que sempre assim procedi.

O decretamento das próximas eleições de Deputados à Assembleia Nacional, e nos termos em que foram decretadas, veio, porém, desmentir esta minha presunção, e obriga-me, ainda que mais não seja que somente por coerência e solidariedade, moral, a alinhar com os que defendam a mesma doutrina de Democracia, que eu considero primar sobre qualquer outra, e se disponha a sustentá-la naquela Assembleia Nacional.

E assim, e muito embora sem qualquer filiação partidária, ou sujeição incondicional a qualquer chefe, porque sempre me foi querida a mais inteira liberdade de pensar e de decidir conforme a minha razão, não deixarei de apoiar e auxiliar, como cidadão, esses companheiros de ideal que disputem o sufrágio popular.

É possível que V. Ex.a não veja qualquer incompatibilidade entre esse meu agir de cidadão independente e consciente, e o exercício do cargo de presidente da Câmara Municipal de Benguela, que é de nomeação do Governador Geral da Colónia.

Mas, também é possível que

(Continua na 4.ª página)

## Vida Internacional

### Os problemas Europeus

Neste continente em que vivemos estão em curso três importantes realizações:

1) a Conferência de Segurança Europeia, que inclui todos os países da Europa, incluindo os comunistas, os Estados Unidos e o Canadá;

2) a Conferência do Desarmamento que, há anos, se realiza na cidade de Genebra, da Suíça; e

3) a Conferência que estuda a redução das tropas estacionadas na Europa, desde o fim da úl-

(Continua na 3.ª página)

## Agro-74

No próximo dia 7 de Setembro é inaugurada em Braga a VII Exposição-Feira Agrícola do Norte, que se estenderá desde Melgaço a Bragança. Terá, portanto, maior dimensão.

Entre outros problemas, estudar-se-á na presença do Secretário de Estado da Agricultura, o problema do vinho, do leite e da carne.

Haverá, diariamente, visitas guiadas e colóquios.

# Da Vila e Concelho

## Boas Recordações

Salva a Tua alma e não olhes para trás...

Vamos com quem vai...

Faço por cumprir a minha obrigação...

Trabalho quanto posso por aqueles que precisam...

Não quero que um dia, quando morrer, Nosso Senhor me diga: —foste um Padre preguiçoso, não cumpriste a tua obrigação.

Dizia estas palavras, muitas vezes, aos seus paroquianos, o Saudoso Rev.do P. Carlos Vaz.

M.

## De Penso

8/8/1974

**FOGO**—No passado dia 29 pelas 8.30 h. manifestou-se um incêndio na casa de arrumos do Crasto. O fogo que devido a estarem ali armazenadas umas mil caixas para a exportação de maçãs, foi de tal violência que do edifício só ficaram as paredes. O povo ao aperceber-se do facto acorreu logo, tendo retirado mais de cem contos de tubos de plástico para a água e um tractor. Vieram duas viaturas dos bombeiros de Melgaço que nada tinham para salvar mas ainda trabalharam no rescaldo. Além do edifício, em ferramentas, roupas, e mais utensílios de lavoura houve em prejuízo de 70 contos, cobertos pelo seguro.

**DE LISBOA**—Em Bairro Grande, de visita a sua mãe encontra-se o sr. Manuel Alves de Lima, esposa, filha e Filho.

**DE FRANÇA**—Nas Lages, em casa de sua mãe, veio passar suas férias o sr. José Manuel Lima.

Nas Mós com a esposa e filhos está a passar as suas férias, o Senhor José Jesus de Sousa.

Em Bairro Grande, em casa de sua mãe, o sr. José Garcia.

Ainda de Lisboa, tivemos o prazer de cumprimentar o ilustre conterrâneo sr. Eduardo Vilarinho, sua esposa D. Amélia Vilarinho, sua mãe D. Rosa Vilarinho e seus netos.

**O TEMPO E OS CAMPOS**—Com o tempo a prometer chuva que é bem precisa, continua a cansa da regas, que tem dado já pequenas questões devido à falta de honestidade de alguns.

**FESTAS A REALIZAR**—Realizou-se a Festa de São Tiago que foi muito fraquinha. Vamos ter a Festa de São Tomé que promete, e em Felgueiras e de Santa Cõmba, que se prevê que seja das melhores, dos últimos aos.

N. VAZ

## De PAÇOS

(Atrasada na Redacção)

**FESTA DE SANTA ANA** (Mãe de N. Senhora e Avó de Jesus Cristo) —Padroeira desta Freguesia—Realizou-se em 26 de Julho, dia do seu Santo nome, a festa em honra de Santa Ana, Padroeira desta Freguesia, a quem o povo da mesma tem a maior devoção bem como o povo espanhol que vive em frente, pois todos nós recorremos a Ela com as nossas preces, quando há fortes trovoadas, tocando os sinos da Igreja Paroquial, e pedindo-Lhe que nos defenda do perigo das mesmas, a nós, e aos frutos da Terra.

**DOENTE**—Tem estado doente junto de sua irmã, o sr. António Pires, do lugar de Sá. «A Voz de Melgaço», deseja-lhe o seu pronto restabelecimento.

**DE LISBOA**—Vindas de Lisboa, encontram-se no lugar dos Casais, a passar as suas férias, as meninas Júlia e Ana Esteves.

Igualmente se encontram entre nós, a passar as suas férias algumas famílias vindas de França bem como Sílvia José da Ribeira, nosso prezado assinante, vindo de Nova Jersey, E.U.A.

Acompanhou-o sua esposa D. Idália Pereira Loureiro, Gomes de Sousa e filha, Cristina Maria, tendo já regressado à anterior situação.

Tivemos o prazer da sua visita bem como de sua família, do nosso bom amigo e assinante deste quinzenário Manuel Monteiro.

**DE PAIO PIRES, (Seixal)**—Veio Maria de Lurdes dos Santos e seu marido Dionísio Santos.

Encontram-se em gozo de suas merecidas férias diversos componentes da família de Prado, regressados do estrangeiro e das cidades do país.

**EXAMES**—Foi dispensado de prestar provas de exame do 5.º ano dos Liceus o menor de 14 anos de idade Albertino José Ribeiro Gonçalves, neto do nosso amigo Amadeu Ribeiro. Por ter passado com a média de 19 valores, enviamos-lhe os nossos parabéns e desejamos-lhe a continuação de uma brilhante carreira.

M. S.

## De Cristóval

(Atrasada na Redacção)

**FÉRIAS**—A gozar as suas férias, encontra-se junto dos seus, nesta freguesia Hilário de Vasconcelos, 1.º Sargento, mecânico de Aviação, em serviço em Moçambique.

Já se encontram junto de suas famílias, em gozo de férias, vários emigrantes desta freguesia que se fizeram conduzir nos seus novos, potentes e luxuosos carros. Os nossos parabéns, e que Deus os ajude nas terras onde labutam, são os votos sinceros de «A Voz de Melgaço».

## De PRADO

(Atrasada na Redacção)

Família de Prado regressa a sua terra natal.

**DO CANADÁ**—Regressou do Canadá onde permaneceu cerca de 17 anos o nosso amigo Luís Domingues. Acompanhou-o sua esposa D. Maria Rosa Domingues e seus dois filhos.

**DE FRANÇA**—Regressaram: D. Zulmira Dantas e neta, João Luís Gonçalves Ribeiro e esposa, D. Celma Ribeiro, Fernando Gonçalves e esposa, D. Ilda Ribeiro Gonçalves e filhos.

**DE ESPANHA**—De visita aos seus pais onde permaneceu três dias, veio de Cartagena, Espanha, Manuel José Gomes de Sousa, Oficial de Marinha.

## STAND MELGACENSE

DE AMADEU GOMES

Telef. 42104

Agente exclusivo em Melgaço e Monção: das famosas marcas alemãs de frigoríficos **BOSCH** de Rádios e Televisores **BLAUPUNKT** de electrodomésticos **GRUNDIG**

Agente exclusivo em Melgaço, Monção e Valença: das Balanças e material **A. PESSOA**

Agente exclusivo em Melgaço: do **GÁS MOBIL**, da **PHILIPS** e das inultrapassáveis motorizadas **FAMEL-ZUNDAP** e **SACHES**

## DÊ A SUA PREFERÊNCIA AO STAND MELGACENSE

Além das melhores marcas é o único que possui electricistas próprios para garantir a devida assistência e para fornecer orçamentos grátis

Se tem qualquer dúvida, consulte-nos

**NINGUÉM O FORÇARÁ A COMPRAR**

### Espelhos e Cristais

Vidros para Janelas Automóveis e Estabelecimentos

TELHAS E TIJOLOS DE VIDRO

Sociedade de Cristais, L.da

Rua do Almada, 25 - PORTO - Tel. 311057

**MANUEL ANTÓNIO RIBEIRO**

SOLICITADOR

Largo Hermenegildo Solheiro MELGAÇO

### Bento Gomes

EMPREITEIRO

Melgaço — Tel. 42113

### Dr. Oliveiros Rodrigues

ADVOGADO

Largo Hermenegildo Solheiro MELGAÇO

### Sr. COMERCIANTE:

Deseja ver os seus artigos a ser rapidamente vendidos?

Anuncie desde já em «A VOZ DE MELGAÇO»

## BANCO FERNANDES MAGALHÃES

PORTO



LISBOA

SÍMBOLO DE SEGURANÇA E DE BONS SERVIÇOS HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO

**CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS E ESTRANGEIRO, destacadamente:**

Em MELGAÇO — Casa José Maria Pereira  
Em FRANÇA — Banque Nationale de Paris  
Na ALEMANHA — Deutsche Bank

A sua vasta rede de instalações próprias e Correspondentes no País e Estrangeiro, aliada a uma prudente e longa actividade bancária permite-lhe executar eficientemente qualquer transferência de dinheiro com um mínimo de encargos.

## GENTIL GOMES DA COSTA

PROPRIEDADES COMPRA - VENDA

Rua Fernandes Tomás, 664  
Telefs. 380834 - 311991 - 381032  
PORTO



## Calendário da Revolução

Em 25 de Abril as Forças Armadas derrubaram o regime, e forma-se uma Junta Militar composta de sete membros, a que preside o general Spínola.

MAIO

15—O General António de Spínola é nomeado Presidente da República.

16—O Doutor Adelino da Palma Carlos é nomeado Chefe do Governo e o Governo está constituído.

22—A Junta Militar autoriza a saída do Almirante Américo Tomás e do Doutor Marcelo Caetano da Madeira para o Brasil.

25—Começam em Londres as conversações entre os representantes do Governo de Portugal e os representantes do P. A. I. G. C. sobre o futuro da Guiné.

JUNHO

21—O Governo cria a «Comissão ad hoc» para a imprensa.

JULHO

Veiga Simão é nomeado representante permanente de Portugal junto das Nações Unidas.

8—O Conselho de Estado reconhece a utilidade de aumentar a liberdade de acção do Governo.

9—Palma Carlos demitiu-se de Presidente de Ministros.

13—Vasco Gonçalves, coronel de engenharia é nomeado Presidente de Ministros.

26—O Presidente da República reconhece às colónias: Guiné, Angola e Moçambique, o direito à independência.

## Apreciação Política ao Momento Português

O Termo «revolução» se aplica a uma infinidade de novas ordens políticas. No caso de Portugal, que emerge de um sistema repressivo, o propósito declarado pelo grupo triunfante e que continua a merecer fé é o de instituir uma democracia representativa, indissociável de uma economia de mercado sob influência corretiva do Estado.

A esse regime democrático autêntico, Portugal não poderá chegar a não ser num clima de ordem e paz interna, que mantenha em funcionamento sua já tão combatida economia. Essa ordem, por seu turno, só pode ser assegurada pelo Movimento das Forças Armadas, que definiu os objectivos da nova situação, e que contará para essa missão com o consenso popular.

Curiosamente, Portugal se encaminha entretanto para reabsorver em seus quadros dirigentes aquelas personalidades mais destacadas que, a exemplo do que se deu com o General Spínola, serviram lealmente ao Estado Novo. É um pressuposto da democracia e é—por mais intragável que se apresente no momento—imperioso para um país em que durante meio século o Governo chamou para o apoio ao regime toda a sua elite e perseguiu implacavelmente os poucos que dele ousaram se afastar.

De «O Globo» de 13 de Junho

# Antigualhas Melgacenses

XLVI

## Foral de D. Manuel I

(Conclusão)

**PENA DO FORAL** ■ E qualquer pessoa que fôr contra nosso foral levando mais direitos dos aqui nomeados ou levando destes maiores quantias das aqui declaradas, o havemos por degredado por um ano fóra da vila e termo e mais pagará de cadeia trinta reais por um de todo o que assim mais levar para a parte a que os levou. E (se) não quiser levar seja ametade para os captivos e outra para quem o acusar. E damos poder a qualquer justiça onde acontecer, assim juizes como vintaneiros ou quadrilheiros, que sem mais processo nem ordem de juizo, sumariamente sabida a verdade, condenem os culpados no dito caso de degredo e assim do dinheiro até quantia de dois mil reais sem apelação nem agravo e sem disso poder conhecer almozarife, nem contador, nem outro oficial nosso nem de nossa fazenda em caso que o aí haja. E se o senhorio dos direitos o dito foral quebrantar por si ou por outrem, seja logo suspenso deles e da jurisdição do dito lugar se a tiver, enquanto nossa mercê for. E mais as pessoas que em seu nome ou por ele o fizerem incorrerão nas ditas penas. E os almozarifes, escrivães e oficiais dos ditos direitos que o assim não cumprirem perderão logo os ditos officios e não haverão mais outros.

E portanto mandamos que todas as coisas contidas neste foral, que nós pomos por lei, se cumpram para sempre.

Do teor do qual mandamos fazer tres, um deles para a Câmara da vila de Melgaço, e outro para o senhorio dos ditos direitos, e outro para a nossa Torre do Tombo, para em todo o tempo se poder tirar qualquer dúvida que sobre isso possa sobreviver. Dada na nossa mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa a três dias de Novembro, do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e treze anos. E eu Fernão de Pina o fiz fazer por mandado especial (de) Sua Alteza, e subscrevi e consertei em treze folhas atrás.

### El Rei

Os títulos dos parágrafos estão à margem, a vermelho. Algumas letras estão iluminadas. Têm à margem várias notas posteriores. Apesar de várias rasuras, confere no essencial com o que está na Torre do Tombo, excepto no capítulo da portagem que lá remete para o foral de Guimarães sendo muito diferente a redacção e disposição do exemplar arquivado na Câmara.

O foral é de pergaminho, encadernado em tábuas revestidas de cabedal com molduras. No exterior de ambas as capas tem em metal o escudo manuelino ao centro, de coroa aberta, sete castelos e cinco escudetes de cinco rodellas cada um. Também em ambas, aos quatro cantos, a esfera armilar em metal, forma oral, com terminal inferior em rodízio torneado e superior a abrir em flor de lis. Fechos metálicos. Folhas perfuradas no canto inferior esquerdo, da fita que os prendem com selo pendente.

Tem no princípio duas folhas de índice, em parte ilegível, folhas estas que inicialmente estiveram no fim. Por esse motivo as folhas que haviam sido numeradas em expressão romana, receberam outra numeração em arábico.

As folhas do texto são quatorze, ou sejam as *treze folhas atrás* que menciona Rui de Pina e mais aquela em que assinou.

Ao todo dezasseis folhas com margens espaçosas à direita e à esquerda.

O rosto da primeira folha é ricamente iluminado. A primeira letra de *Dom* engloba o escudo nacional, ocupando cerca de dois quintos da altura e três quintos da largura da página. No resto contém cercadura enramada. Tudo isto a cores.

Na encadernação foram acrescentadas duas folhas em que se inscreveram diversos vistos de correcção, sendo o último de 1828.

No resto da folha décima oitava, ou seja a segunda acrescentada, lê-se no canto superior direito, em letra que parece da época do foral, o que é crível pelo nome, a seguinte memória traçada posteriormente, que transcrevo em grafia actualizada:

Fernão de Castro, alcaide mór, fidalgo da casa do duque de Bragança e seu vedor o mais principal que nunca há-de ter.

Os forais, que eram um estatuto local, foram recebendo várias limitações até serem abolidos em 1832.

P. M. A. BERNARDO PINTOR

## Vida Internacional

### Os problemas Europeus

(Continuação da 1.ª página)

tima guerra mundial, que se travou de 1939 a 1945, depois da qual se criou na zona Ocidental a Aliança Atlântica, com um exército de todos os países do Ocidente europeu com excepção países Nórdicos, da Austria, da Suíça e da Espanha, e na zona Oriental se formou o Pacto de Varsóvia, que engloba tropas de todos os países comunistas, com excepção da Albânia.

Todos estes empreendimentos sofrem, neste momento, uma grande dificuldade, qual é o entendimento entre as duas grandes potências: os Estados Unidos e a Rússia.

Como se sabe estes dois grandes países representam a grande força militar e económica de cada um dos blocos: os Estados Unidos chefiam o grupo Ocidental e a Rússia chefia o grupo Oriental.

Desde há dois anos, Nixon, Presidente dos Estados Unidos, e Bresnev, Secretário Geral do Partido Comunista Russo, desenvolvem uma política de aproximação e de entendimento entre eles.

Procedendo assim, todas as organizações em que se encontram sofrem as consequências dessa política entre Washington e Moscovo.

Por esta razão a Conferência de Segurança Europeia, a Conferência do Desarmamento, e a Conferência para a redução das tropas estacionadas na Europa, quer da Aliança Atlântica quer do Pacto de Varsóvia sofreram as consequências dos encontros políticos de Nixon e Bresnev.

É uma nota curiosa esta: de parte a parte, Estados Unidos e Rússia reconhecem a utilidade da Conferência de Segurança Europeia, a conveniência de se apressar o desarmamento, e o benefício da redução das tropas estacionadas na Europa.

Mas ainda não chegaram a entendimento quanto a realizações práticas. Por que razão?

Nunca há êxitos reais se não há *confiança* entre as partes. Nota-se isto em um simples negócio comercial. Se não há confiança entre vendedor e comprador, cada qual usa processos de vantagem económica, mas não de vantagem moral.

Quem vende quer ganhar o mais que puder, e quem compra quer comprar o mais barato possível. Isto é, enganam-se um ao outro.

Ora acontece o mesmo no plano internacional e, neste caso, entre os representantes dos Estados Unidos e os representantes da Rússia.

A desconfiança tem neste caso várias fontes: o sistema político é diferente, — os Estados Unidos são capitalistas e a Rússia é comunista —, os processos de acção também são diferentes. Tem de comum: ambos os países são muito poderosos e ambiciosos. Quanto à ambição, ambos querem dominar o mundo: os Estados Unidos querem dominar o mundo pela riqueza, embora respeitem as fronteiras; a Rússia quer dominar o mundo com a arma do comunismo e não quer fronteiras.

Estas são outras razões para que não haja confiança mútua.

O resultado é este: as organizações em curso dependem do andamento e estado das relações entre os Estados Unidos e a Rússia.

## NOVOS ADUBOS DO AMONIACO PORTUGUÊS

O AMONIACO PORTUGUES, com instalações fabris em Estarreja, vem produzindo, desde 1952, no domínio dos fertilizantes, apenas um adubo — o *Sulfato de Amónio*.

A posição geográfica de Estarreja, aliada à necessidade de se obter um mais racional aproveitamento das infra-estruturas já existentes, aconselharam uma ampliação e diversificação das linhas de fabrico.

Assim, no que se refere aos fertilizantes, verificou-se ser conveniente, para a economia global do País, alargar a gama de produção de modo a permitir que os lavradores disponham, na época mais oportuna, de adubos com características adaptadas às condições agro-climáticas e culturais predominantes no Norte e Centro-Norte do Continente Português.

Foi então lançado o Empreendimento designado por Estarreja III que, ao entrar em laboração no próximo mês de Outubro, permitirá às instalações fabris produzir, além do *Sulfato de Amónio*, as diluições do nitrato de amónio com calcário — designados por *Amonitral 20,5* e *amonitral 26* — e *adubos compostos*.

O *Sulfato de Amónio*, adubo já bem conhecido da Lavoura Portuguesa, apresentando 21% de Azoto na sua totalidade na forma amoniacal, é especialmente recomendado para adubações de fundo uma vez que aquela forma de azoto, sendo retida no solo, não é arrastada pelas chuvas. Por outro lado, o facto de ser o adubo que contém mais teor de Enxofre — cerca de 24% — faz com que aquele adubo seja o mais aconselhável para culturas exigentes em Enxofre, como é o caso das hortícolas e pastagens com leguminosas.

O *Amonitral 20,5* e o *Amonitral 26* têm, respectivamente 20,5 e 26% de Azoto o qual se apresenta metade na forma nítrica e metade na forma amoniacal.

Nas condições agro-climáticas predominantes no Norte e Centro-Norte do País, estes adubos são recomendados, sobretudo, para aplicação em cobertura.

Além do Azoto contém elevados teores de Cálcio, elemento indispensável às plantas e que se encontra em deficiência na maior parte dos solos existentes nas regiões citadas.

Os *adubos compostos* serão produzidos pelos mais modernos processos tecnológicos o que lhes assegura as melhores características quanto à homogeneidade, facilidade de conservação e comodidade de aplicação.

Produzir-se-ão, essencialmente, as fórmulas binárias 20:20:0 e 10:20:0, contendo Azoto e Fósforo, e as fórmulas ternárias 15:15:15 e 10:20:20, contendo Azoto, Fósforo e Potássio.

Todas estas formas, embora altamente concentradas e permitindo, por tal facto, economia no transporte e aplicação, contém apreciáveis teores de Enxofre.

Apresentam a grande maioria do Azoto, mais de 75%, na forma amoniacal, facto que se considera de grande interesse na medida em que, sendo os adubos compostos destinados a adubações de fundo, não se corre o risco de haver perdas daquele elemento nutritivo.

Contém o Fósforo e Potássio em formas químicas solúveis na água o que permite uma rápida e eficaz acção sobre as plantas.

Atendendo ao crescente interesse dos elementos secundários e mínimos numa agricultura progressiva, foi previsto o fabrico de adubos compostos que, além dos macronutrientes Azoto, Fósforo e Potássio, contenham convenientes teores de Magnésio, Boro, Zinco, Manganês e Cobre.

Departamento Agronómico

do

AMONIACO PORTUGUES, SARL

## Electrotécnica

de ANTÓNIO SOLHA & IRMÃO  
PRAÇA DA REPÚBLICA — MELGAÇO

RÁDIO

TELEVISÃO

ELECTRICIDADE

AMPLIFICAÇÕES SONORAS

Agentes da SIEMENS.

Prestam assistência técnica com competência  
e honestidade no nosso concelho.  
CONSULTE-NOS para as suas instalações!!!

## “MANCOZAN,”

Para a sulfatação da vinha: Exija-o ao seu comerciante,  
para estar certo de uma boa colheita.

O PRODUTO, QUE NÃO TEM SIMILARES

Depositário no Concelho de Melgaço

Miguel Henrique Gonçalves Pereira

Rua da Calçada

Telefone 42212

Vinho do Porto **BARROS**

De todos  De todos

0 0

mais saboroso mais preferido

Lágrima Christi **BARROS**  
em França o mais apreciado

# Carta ao Director

(Continuação da 1.ª página)

assim o não veja, embora possa ter a certeza de que eu continuaria a exercê-lo, com absoluta lealdade e isenção política, sem dele me utilizar, no mínimo que seja, para qualquer efeito político.

Em qualquer caso, porém, não ficaria eu de bem com a minha consciência, nem seria leal para com V. Ex.a, como tenho obrigação de o ser, se a V. Ex.a não expuzesse francamente o meu pensar e as minhas intenções, e nas suas mãos não devesse aquele cargo, para V. Ex.a providenciar como melhor e mais utilmente entender.

É o que faço pela presente carta, somente pedindo mais a V. Ex.a que acredite que não esquecerei nunca as atenções, que V. Ex.a se dignou dispensar-me, e que sempre me subscreverei com o mais elevado apreço

De V. Ex.a

m.º at.º venr. e obrg.º

Benguela, 13 - Outubro - 1945.

António Augusto Durães.

\* \* \*

## «GOVERNO GERAL DE ANGOLA»

### Gabinete do Governador

Snr. Dr. António Durães, meu Ex.mo Amigo:

Agradeço-lhe muito penhorado a carta de 13 de Outubro, que teve a amabilidade de me escrever e a atenção que ela representa.

Pelo conhecimento que de V. Ex.a tenho, há longos anos, não podia esperar da sua parte senão a recta atitude que nessa carta tomou.

Também por essa razão, não poderia eu responder-lhe senão com a minha inteira confiança.

Queira V. Ex.a continuar a presidir à Câmara Municipal de Benguela, com todo o interesse, dedicação e apuro com que sempre o tem feito, e creia que não terei dúvidas sobre a isenção com que V. Ex.a separará as suas ideias pessoais do exercício do cargo que o Governo muito bem lhe confiou.

Com muita consideração e estima creia-me V. Ex.a amigo e admirador de longa data.

Luanda, 22 de Outubro de 1945.

Vasco Lopes Alves.

\* \* \*

Da resposta ao ofício 13725 do Chefe da Repartição Administrativa da Secretaria Geral da Presidência do Concelho, que me foi dirigido:

«Desejaria terminar aqui a minha exposição, que reconheço ir já demasiado extensa, o que rogo me seja perdoado, não tendo sabido mais condensá-la. Mas não ficaria de bem com a minha consciência se não deixasse afirmado que em tudo quanto escrevi me não moveu a menor animosidade pessoal contra o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Dr. Sidónio Silvestre da Silva Soares de Sousa.

Sei bem, e por experiência própria, o quanto é difícil, tra-

balhoso e melindroso o exercício desse cargo, porque também já fui presidente da Câmara Municipal de Benguela, em tempo em que esse cargo se exercia gratuitamente, no seu desempenho tendo tido a muito subida e muito grata honra de receber e contactar com Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho, Doutor Marcelo Caetano, ao tempo Ministro do Ultramar, e que talvez de mim ainda se recorde.

E no desempenho desse lugar procurei sempre conduzir-me em ordem a conciliar, na medida do possível, os interesses municipais com os legítimos interesses dos munícipes, e a evitar o desprestígio da Câmara, que forçosamente se reflectiria no desprestígio do Governo, que para ele me nomeara.

Não fazia mais, de resto, do que seguir na esteira dos meus antecessores no cargo, e perfeitamente compreendido pelos Srs. Vereadores, que lealmente me acompanharam, nenhum de nós se poupou a esforços para se efectivarem trabalhos de patente utilidade, sem fantasias ou obras de mera fachada.

E tivemos a reconfortante satisfação de vermos os nossos munícipes apoiarem a nossa acção, sem reparos nem queixas, que nunca provocamos, e tratarem a Câmara Municipal com o respeito e consideração, que julgo deverem merecer sempre estes órgãos administrativos.

Depois, quando a idade me obrigou a regressar a Melgaço, à minha terra natal, para nela ter o merecido descanso de mais de quarenta anos de intenso trabalho na nossa Angola, no humano desejo de aqui passar os que me restassem de vida — e já bem poucos serão, pois conto oitenta e dois — e no final repousar o sono eterno junto de meus saudosos Pais, esperava encontrar aqui a mesma atmosfera de paz, de solidariedade humana, de convivência harmoniosa, de compreensão, de ordem, de seriedade e honestidade, que vivi em Benguela.

Confrangem-me, por isso, os rumores que por vezes me chegam da acção da Câmara Municipal, arripa-me o que leio em jornal local, com acusações concretas e graves, tudo criando uma atmosfera de mal-estar, de incertezas, de desconsideração e desrespeito, de desprestígio, que forçosamente atinge o Governo da Nação, já que o seu presidente pelo Governo foi nomeado. São rumores apenas, são críticas e acusações que leio.

Não sei, portanto, até que ponto são verídicas e justas, embora seja fácil presumir a sua veracidade, por nenhuma reacção legal terem produzido nos visados.

Não o sei, nem posso, nem me compete averiguá-lo.

Competirá a quem governa, se quiser que esse corpo administrativo, presidido por um seu representante neste Concelho, proceda com seriedade e honestidade, mereça consideração e respeito, punindo quem assim não tenha procedido, ou fazendo punir quem tenha infundamente acusado ou difamado.

Não será essa averiguação, ou inquérito, que desprestigiara quem quer que seja.

O desprestígio resulta dos actos em si, e não da sua averi-

guação e sequente punição de quem seja culpado.

Julguei ser meu dever de cidadão consciente dos seus direitos e de suas obrigações, de português e de melgacense, que muito ama a sua terra, acrescentar estes dizeres à resposta que V. Ex.a me deu ensejo de dar, levando-os ao conhecimento de quem exerce suas altas funções na Presidência do Conselho.

E V. Ex.a me perdoará, se os julgar impertinentes, atendendo à intenção que os ditou e outra não foi diversa da de querer ver a Câmara Municipal, e através dela o Governo da Nação, respeitada e considerada e com seu desejável prestígio.

De V. Ex.a

António Augusto Durães.

\* \* \*

## DOCUMENTOS POSTERIORES CONCERNENTES A ESTE ASSUNTO:

Excerto duma carta, datada de 5 de Julho, que o Dr. Abel Vaz me dirigiu:

«Foi por estas razões que a sua carta e o mais que se me afigurou ser de publicar, tiveram guarida no número do «Notícias de Melgaço» de 25 de Junho.

Por isso, foi com grande surpresa que, já depois de estar a circular este número do jornal, recebi uma notificação judicial avulsa, de V. Ex.a.

Pelas razões que expendi na nota de redacção, não publiquei o papel intitulado como *doc. n.º 1* e que, na notificação judicial também se apresentava despido de toda a autenticidade.

Também não publiquei o que, sem dúvida, constitui um ataque despropositado e injurioso à Câmara Municipal de Melgaço.

Julgo, pois, que está antecipadamente cumprida aquela notificação judicial, face aos elementos de que disponho.

Porém, se outro for o entendimento de V. Ex.a rogo a fineza de, com a maior brevidade, dizer-me o que se lhe oferecer.

Subscreve-se, sem mais, de V. Ex.a

Abel Augusto Vaz.

\* \* \*

## Minha resposta:

«Melgaço, 6 de Julho de 1974.

Ex.mo Snr. Director do

«NOTÍCIAS DE MELGAÇO»

MELGAÇO

Ex.mo Senhor:

Registada, e com aviso de recepção, recebi há pouco a carta de V. Ex.a datada de ontem.

Satisfazendo o que V. Ex.a me solicita, relativamente à brevidade da minha resposta, e por o correio esta tarde e amanhã não funcionar, envio-lhe este original em mão, e pelo correio, também registado e com aviso de recepção enviarei um seu duplicado.

Quanto à pergunta que em sua carta me faz, se julgo cumprida a notificação judicial que requeri com o publicado no número do jornal da sua direcção, saído com data de 25 de Junho, apenas me cumpre dizer que V. Ex.a, diplomado, como eu, em

# O Tema do Licenciado

X

O professor Rodrigues respondeu há tempos, no Audaz, a um artigo sob a epígrafe «O Tema», em que o lic. A. Vaz acusava a sua administração camarária do crime de peculato, com o seguinte:

## «Esclarecimento»

O Senhor A. V. publicou no «Notícias de Melgaço» de 10 de Fevereiro coerente um artigo sob o título «O Tema», referente a actos da minha Presidência.

Limite-me, para já, a informar:

1.º — Pouco antes de deixar a presidência da Câmara, fiz três pedidos de inquérito dos actos da minha administração municipal: ao Governador Civil de então, a Sua Excelência o Sr. Presidente do Conselho e ao Senhor Ministro do Interior, doutor Rapazote.

Com este Senhor Ministro insisti no pedido.

Sua Excelência o Ministro do Interior deu a seguinte resposta:

«Vista toda a documentação apresentada e a informação do Sr. Governador Civil, não há motivo para ordenar qualquer inquérito aos actos do antigo Presidente da Câmara de Melgaço, professor Manuel José Rodrigues...»

Atendendo, porém, ao que vem proposto e à própria análise dos resultados da administração municipal durante o seu longo mandato, deve publicar-se o louvor que lhe dou, pela dedicação com que serviu os interesses do seu concelho.

Lisboa, 13 de Julho de 1970.

a) António Rapazote

2.º — Posteriormente, o Sr. Presidente da Câmara, conhecido publicamente como meu

inimigo, promoveu um inquérito. Fui ouvido em auto no dia 11-9-1972.

3.º — Aguardo o resultado deste inquérito, do qual eu próprio darei conhecimento público.

Melgaço, 26 de Fevereiro de 1974.

Manuel José Rodrigues

Arquivo aqui este «Esclarecimento» para informação dos leitores de «A Voz de Melgaço».

O lic. retrucou logo no seu Audaz, afirmando que dizia em síntese: Pedi um inquérito. Recebi um louvor.

Não viu mais nada!... Será que lhe hibernou a inteligência?

Depois, ainda atira para as colunas do Audaz com estas duas afirmações: que o «Esclarecimento» nada esclarece e que o fazia estourar de riso se não se tratasse de assunto importante e sério.

O professor publicou o Esclarecimento no «Jornal Audaz» para leitores inteligentes; não o dirigiu a cegos.

Os leitores inteligentes algo ficaram esclarecidos.

Se o lic. A. Vaz, director do «Jornal Audaz...», em nada ficou esclarecido, é porque não pertence ao rol do leitores inteligentes!...

O «Esclarecimento» não o estourou de riso, segundo diz, porque o assunto era importante e sério.

Livrou-se de boa, o licenciado! Podia ter estourado de tristeza — a tristeza também mata — precisamente pela importância e seriedade do assunto!!!

O lic. A. Vaz não estourou. Ainda bem.

Dizia Vieira: Se é um mal ter inimigos, pior mal é não os ter.

A. Rodrigues

Direito, não deverá desconhecer os preceitos da Lei da Imprensa, citada na petição daquela notificação, para os cumprir, ou não cumprir assumindo as respectivas responsabilidades, como eu assumo as que decorram do que escrevo, ou envie para ser publicado.

Sem mais me subscrevo

António Durães.

\* \* \*

## CONCLUSÃO:

Como o director do «NOTÍCIAS DE MELGAÇO», Dr. Abel

Augusto Vaz, não publicou no número imediato do seu jornal, datado de 10 de Julho, mas sómente distribuído no dia 25 desse mês, entendi não dever deixar impune a desobediência à notificação judicial, que requerera e o meretíssimo Juiz da Comarca ordenara, porque a desobediência, que a lei considera como «qualificada», fora da ordem desse Magistrado, e assim o participei, para ser instaurado o respectivo processo.

O que se seguirá já não é comigo. É com a JUSTIÇA.

## «A VOZ DE MELGAÇO»

Annual: 60\$00 — Avonça - Quinzenário — Estrangeiro: 100\$00; Avião: 140\$00

15 AGOSTO 1974